AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.289 - RJ (2018/0131424-8)

RELATOR	**:**	**MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE	:	PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADOS	:	NILTON ANTÔNIO DE ALMEIDA MAIA - RJ067460
		RAFHAELA GUIMARAES ALMEIDA SANTOS - RJ144393
		PAULA TORRES RAPOSO ROLIM DE MINTO - RJ121710
		HÉLIO SIQUEIRA JÚNIOR E OUTRO(S) - RJ062929
		MARCO NERY FALBO - RJ215178
AGRAVADO	:	ARGILAS E MINERIOS NORDESTINOS S A ARNOSA
ADVOGADO	:	FRANK ROBERTO SANTANA LINS E OUTRO(S) - PB001320

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042, CPC/15), interposto por **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**, em face de decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 602, e-STJ):

> APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA EM FASE DE CUMPRIMENTO. SENTENÇA DE PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DO JULGADO, NA FORMA DO ARTIGO 206, § 5º, I DO CPC, DECLARADA DE OFÍCIO. APELO DO AUTOR. AÇÃO MONITÓRIA AJUIZADA EM 27/03/1996, SENTENÇA PROFERIDA EM 20/05/2000 E EXECUÇÃO JUDICIAL INICIADA EM 27/04/2001. PRAZO PRESCRICIONAL VINTENÁRIO. ARTIGO 177 DO ANTIGO CC. CONTAGEM A PARTIR DA DATA EM QUE A PARTE EXEQUENTE INICIOU A EXECUÇÃO DO JULGADO, EM 27/04/2001. ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO CIVIL/02, EM JANEIRO DE 2003. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO ESTABELECIDA NO ARTIGO 2.028 DO CÓDIGO CIVIL/02. COMO NÃO HAVIA TRANSCORRIDO MAIS DA METADE DO PRAZO ESTABELECIDO NA LEI REVOGADA, DEVE SER APLICADA A PRESCRIÇÃO DO NOVO DIPLOMA LEGAL QUE PASSOU A PREVER NO ARTIGO 206, §5°, I, O PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS PARA A PRETENSÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDAS LÍQUIDAS CONSTANTES DE INSTRUMENTOS PÚBLICOS OU PARTICULARES. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 150 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: "PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO". ASSIM, O NOVO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL CO MEÇOU A CONTAR, POR INTEIRO, COM A ENTRADA EM VIGOR DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, OU SEJA, A CONTAGEM DE CINCO ANOS COMEÇOU EM 11/01/2003 E FOI ATÉ 10/01/2008, DATA EM QUE OPEROU-SE A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA, NÃO TENDO OCORRIDO A INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO, ANTE A AUSÊNCIA DE ARRESTO OU PENHORA DE BENS PARA SATISFAZER OU AO MENOS GARANTIR A PRETENSÃO EXECUTÓRIA, APESAR DO ATUAR DILIGENTE DO EXEQUENTE.

> PRESCRIÇÃO QUE TEM FUNDAMENTO NA SEGURANÇA JURÍDICA, EVITANDO PERPETUAR INDEFINIDAMENTE A INCERTEZA DA ORDEM JURÍDICA E RESGUARDAR O INTERESSE NA ORDEM PÚBLICA. ENTENDIMENTO EM SENTIDO CONTRÁRIO TORNARIA IMPRESCRITÍVEL O DÉBITO, O QUE É REPELIDO PELA CONSTITUIÇÃO, QUE SÓ ESTABELECE A IMPRESCRITIBILIDADE PARA OS ILÍCITOS MENCIONADOS NO ART. 5º, XLII E XLIV, NÃO A ADMITINDO PARA OUTROS VALORES, COMO O DÉBITO CIVIL. PRECEDENTES. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO, NA FORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/73.

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos (fls. 633-644, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 652-661, e-STJ), a insurgente aponta violação aos artigos 1022, II do CPC/15 e 202, V do CC.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 673, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, o Tribunal de origem negou seguimento ao reclamo (fls. 664-667, e-STJ), sob os seguintes fundamentos: a) ausência de violação ao art. 1.022 do CPC/15; b) as razões do recurso demandam a análise das provas dos autos, incidindo o óbice da Súmula n. 7/STJ, e c) consonância do entendimento do Tribunal local com a jurisprudência desta Corte, incidindo o óbice da Súmula n. 83/STJ.

Foi interposto o presente agravo (fls. 690-700, e-STJ).

Não foi apresentada contraminuta (fl. 720, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

1. Denota-se das razões do agravo (fls. 690-700, e-STJ), que a recorrente não impugnou **todos** os fundamentos da decisão agravada. Verifica-se que não foi impugnado o óbice da Súmula n. 83/STJ, pois a parte limitou-se a afirmar, tão somente, que não é caso de aplicação do referido enunciado sumular.

Importa ressaltar que a impugnação à Súmula nº 83/STJ se dá com a **indicação de precedentes contemporâneos ou supervenientes aos referidos na decisão agravada**, de forma a demonstrar que outra é a orientação jurisprudencial nesta Corte Superior.

Nesse sentido:

> DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. SÚMULA 83/STJ.
>
> 1. O agravo em recurso especial, interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial, que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados não deve ser conhecido.
>
> **2. Inadmitido o apelo especial pelo Tribunal a quo com fundamento na Súmula 83/STJ, incumbe à parte agravante apontar, nas razões do respectivo agravo em recurso especial, precedentes contemporâneos ou supervenientes aos indicados na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles. Precedentes desta Corte.**
>
> 3. Agravo interno desprovido.
>
> (AgInt no AREsp 830.527/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

> TERCEIRA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 15/05/2017)
>
> AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO DA MONOCRÁTICA MANTIDA.
> 1. Hipótese em que a Presidência do STJ asseverou que o Tribunal de origem, ao proceder ao juízo de admissibilidade do recurso especial, entendeu que o trânsito do apelo nobre estaria obstado ante a incidência das Súmulas 83/STJ e 284/STF, sendo que a parte agravante teria deixado de impugnar especificamente a questão da aplicação da Súmula 83/STJ no caso.
> **2. Conforme entendimento do STJ, "Inadmitido o apelo especial pelo Tribunal a quo com fundamento na Súmula 83/STJ, incumbe à parte agravante apontar, nas razões do respectivo agravo em recurso especial, precedentes contemporâneos ou supervenientes aos indicados na decisão agravada, procedendo ao cotejo analítico entre eles" (AgInt no AREsp 830.527/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 02/05/2017, DJe 15/05/2017).**
> 3. *In casu*, a parte agravante apresentou, em seu agravo em recurso especial, argumentação demasiadamente genérica e incapaz de infirmar as razões colacionadas na decisão de admissibilidade.
> 4. Agravo Interno não provido.
> (AgInt no AREsp 1291925/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 18/09/2018; grifou-se)

O agravo em recurso especial que não afasta os fundamentos que levaram a não admissão do recurso **não deve ser conhecido**, nos termos do artigo 932, III, do Novo Código de Processo Civil, que assim dispõe:

> Art. 932. Incumbe ao relator: [...]
> III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida;

É dever da parte agravante, à luz do princípio da dialeticidade, demonstrar o desacerto da decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do NCPC, o que não ocorreu na espécie, uma vez que as razões apresentadas contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial **não impugna os fundamentos do *decisum***.

Consoante jurisprudência desta Corte, "à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, **deve a parte recorrente <u>impugnar todos os fundamentos</u> suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a demonstrar que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado**, ou seja, <u>não basta que faça alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge</u>" (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/11/2008). [grifou-se]

A propósito, precedentes:

> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. **<u>FALTA DE IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. MANIFESTA</u>**

INADMISSIBILIDADE. DESISTÊNCIA PARCIAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. **Nos termos do art. 1.042 do CPC/15 c/c 253, parágrafo único, I do RISTJ, incumbe ao agravante o ônus de impugnar, especificamente, todos os fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de origem com o intuito de "destrancar" o recurso especial inadmitido, permitindo, assim, o exame deste pelo STJ.** 2. O agravo é apenas o meio idôneo a viabilizar o juízo definitivo de admissibilidade por este Tribunal, quando inadmitido na origem o recurso especial. Desse modo, há uma vinculação do primeiro com o segundo, de modo que, na sistemática de julgamento, o agravo deve ser sempre analisado com os olhos voltados para a admissibilidade do recurso especial e não para o acórdão recorrido. 3. **A partir de tais premissas, é possível inferir que não há como o agravante restringir o efeito devolutivo horizontal do agravo porque esse efeito já foi previamente delimitado pelos fundamentos da decisão exarada pelo Tribunal de origem.** 4. O ordenamento jurídico admite que a parte inconformada recorra, parcialmente, de uma decisão, e, ainda, que o órgão julgador conheça, em parte, do recurso interposto. Não há, entretanto, qualquer previsão que autorize a desistência parcial, tácita ou expressa, do recurso especial após sua interposição. 5. **É manifestamente inadmissível o agravo que não impugna, de maneira consistente, todos os fundamentos da decisão agravada.** 6. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido. (AgInt no AREsp 727.579/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. **JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE REALIZADO NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MINUTA QUE NÃO CONFRONTA A INTEGRALIDADE DA MOTIVAÇÃO ADOTADA NA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. DESATENDIMENTO DO ÔNUS DA DIALETICIDADE**. ERRO GROSSEIRO. REFUTAÇÃO DE FUNDAMENTO VINCULADO A RECURSO REPETITIVO. 1. **As razões deduzidas na minuta do agravo previsto no art. 1.042 do CPC/2015 devem impugnar a totalidade dos motivos adotados no juízo de admissibilidade feito na instância ordinária, pena de desatenção ao ônus da dialeticidade. Jurisprudência do STJ.** 2. A teor do referido preceito legal, descabe a interposição do agravo em recurso especial quanto a capítulo decisório fundado na aplicação de entendimento firmado em regime de recursos repetitivos, o recurso correto sendo o agravo interno, nos termos do art. 1.030, inciso I, alínea "b" e § 2.º, do CPC/2015, constituindo erro grosseiro a opção pelo agravo em recurso especial. Precedentes. 3. Agravo em recurso especial não conhecido. (AREsp 1108347/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 28/08/2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL **AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PRINCIPIO DA DIALETICIDADE. ART. 932, III, DO CPC DE 2.015. INSUFICIÊNCIA DE ALEGAÇÃO GENÉRICA**. 1. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do

> agravo em recurso especial, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo. 2. O agravo que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, **a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, consoante expressa previsão contida no art. 932, III, do CPC de 2.015 e art. 253, I, do RISTJ,** ônus da qual não se desincumbiu a parte insurgente, sendo insuficiente alegações genéricas de não aplicabilidade do óbice invocado. [...] 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1039553/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 26/05/2017) [grifou-se]
>
> AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AUTOR. 1. **Razões do agravo que não impugnaram especificamente os fundamentos invocados na decisão de inadmissão do recurso especial. Em razão do princípio da dialeticidade, deve o agravante demonstrar, de modo fundamentado, o desacerto da decisão agravada**. 2. Correta aplicação analógica da Súmula 182 do STJ: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC[1973] que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada." 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1032521/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 10/05/2017) [grifou-se]

Ainda, no mesmo sentido, confira-se: AgInt nos EDcl no AgRg no AREsp 715.284/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016; AgRg nos EAREsp 681.574/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/02/2016, DJe 02/03/2016; AgInt no AREsp 1003403/PB, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 27/04/2017.

2. Do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de abril de 2019.

MINISTRO **MARCO BUZZI**
Relator